VII Seminario Estadual de Estudos Territoriais
II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agraria no Paraná

O LAZER PARA OS DISTINTOS SEGMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE PATO BRANCO-PR[1]

Pollyana Poletto[2]
polly_poletto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Quando trabalhamos com o termo lazer, nos deparamos com inúmeras significações. Dessa forma, nessa pesquisa utilizamos como definição para a palavra lazer, ações que provoquem o bem estar dos praticantes, podendo estar relacionadas a interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais. Por não haver uma definição clara do termo, a população não reconhece de imediato os benefícios que o lazer ocasiona na vida dos praticantes e não cobra do poder público as condições necessárias para que ele seja assegurado para todos. Porém, constata-se que a prática de qualquer forma de lazer trás benefícios físicos e psicológicos, gerando bem estar e uma melhor qualidade de vida para quem o pratica frequentemente. Embora o lazer seja garantido em Lei é preciso que haja cobrança por parte da população, para que o poder público assegure as condições necessárias para a sua prática.

Diante da importância que o lazer possui na sociedade atual, buscamos pesquisar o assunto, visando compreender as condições propiciadas para a sua prática na cidade de Pato Branco-PR. Selecionamos três áreas públicas, dentre elas, uma praça no centro comercial, outra localizada em um bairro residencial, onde mora uma população de médio poder aquisitivo e um parque ambiental, que se encontra nas imediações de uma área onde residem segmentos de baixo poder aquisitivo. Essas áreas foram selecionadas por estarem em diferentes lugares da cidade, nas quais residem pessoas de diferentes segmentos sociais,

[1] Pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia Bacharel, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão-PR), defendido no ano de 2012, sob orientação da Professora Dra. Sílvia Regina Pereira.

[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão-PR). Integrante do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR).

tornando a pesquisa enriquecedora por apresentar as diferentes realidades vividas na cidade selecionada.

Por meio da observação das áreas públicas e da aplicação de questionários para a população em geral, foi possível ter um panorama dos investimentos do poder público. Além disso, apresentamos as características desses espaços, no intuito de destacar o processo de segregação em relação às áreas nas quais residem segmentos de menor poder aquisitivo, diante da falta de investimentos em infraestrutura. Ou seja, as condições para a prática do lazer nas áreas mais precárias não são ofertadas pelo poder público.

Para concluir, enfatizamos a importância do lazer para melhorar a qualidade de vida da população. Além disso, quando o lazer é ofertado em espaços públicos, isso o torna democrático e acessível aos diversos segmentos da sociedade, pois são nesses espaços que é possibilitado o convívio entre os diferentes e onde é praticado a sociabilidade, algo essencial para uma cidade democrática.

DESENVOLVIMENTO

Vivendo em uma sociedade capitalista, a qual incentiva a população a buscar o lucro exacerbado, o tempo livre - *liberado do trabalho* - é mal visto. Isso está implícito na mente dos próprios cidadãos, que ao invés de aproveitar seu tempo livre com a prática de atividades que causam relaxamento e prazer, acabam realizando outras atividades cansativas, e sempre que possível preferem trabalhar no emprego por hora extra, visando um excedente salarial. O mercado e os empregadores se aproveitam dessa ideologia e incentivam o consumo de mercadorias, impondo uma renovação constante das mesmas e a geração de um excedente de trabalho.

Compreende-se que, o trabalhador não possui consciência de que o tempo livre, deve ser aproveitado da melhor forma possível. Ele não tem noção que sua saúde depende desse tempo liberado do trabalho. Uma das explicações para este fato é a de Dumazedier (1974), o qual destaca que o trabalhador não é capaz de administrar seu tempo para a prática do não-trabalho. Assim, com bastante frequência:

> [...] o comentário explícito ou implícito era: para que liberar o tempo de trabalho profissional ou implícito se este tempo é ocupado por um outro trabalho, o "bico" (moonlighting work)? Não seria esta a prova de que o homem é incapaz de dominar

> o tempo livre, sobretudo o lazer, e que "o trabalho é a primeira necessidade humana"? George Friedmann resume bem esta posição afirmando que o tempo liberado é sentido como se fosse oco e que ele é preenchido como *brícolages* (biscates) remunerados ou um segundo emprego, mas também porque se deseja preencher um vazio. (DUMAZEDIER, 1974, p. 36)

Esse vazio está nas mentalidades não acostumadas com a prática do ócio, algo não bem visto na sociedade em que vivemos. Consideramos, portanto que antes de reivindicarmos a ampliação do tempo livre dos trabalhadores, deve-se haver uma conscientização de que o tempo liberado do trabalho é essencial para uma boa qualidade de vida e nele devem ser praticadas atividades que causem relaxamento e prazer. Uma opção é o lazer, muito conhecido, porém pouco praticado pela população em geral.

Quando mencionamos a palavra lazer, várias são as definições que vêm em mente, portanto é tão difícil determinar um significado preciso para ela. Muitas vezes o que pode ser lazer para uma determinada pessoa, não é para outra. Porém, todos concordam que o lazer é algo que causa prazer aos praticantes (MARCELINO, 1950). Essa indefinição do significado vem de muito tempo, Dumazedier (1974), coloca que:

> Desde o nascimento da sociedade industrial, os pensadores sociais do séc XIX previam a importância do lazer, ou do *Tempo Liberado* pela redução do trabalho industrial. Entretanto, após um século e meio, os sociólogos ainda não conseguiram entender-se, sobre a dinâmica, nem sobre as propriedades específicas do fenômeno "lazer", nem sobre suas principais implicações. (DUMAZEDIER, 1974, p.19)

Diante da falta de um significado único para a palavra lazer, há uma dificuldade de compreender a sua importância para a qualidade de vida das pessoas. Outro impasse é a ideia de que o lazer deve ser praticado por pessoas que possuem melhores condições financeiras, significando que os pobres de recursos devem primeiramente superar a pobreza, para depois realizar esse tipo de atividade. Assim:

> [...] as pessoas veem o lazer como algo a ser considerado apenas para as camadas sociais privilegiadas, que já satisfizeram suas necessidades básicas de saúde, alimentação e habitação. Observa ainda que uma vez numa situação de privação sócio-econômica, as camadas pobres da população vivenciam uma outra cultura, sendo prioritária a ação que as faça superar a condição de pobreza, para que só depois se pense nos problemas relativos ao lazer. (MARCELINO, 1995, p.31)

Infelizmente uma parcela da população pensa dessa forma. Porém, entendemos que o lazer é essencial para a vida do trabalhador, pois é umas das formas de sair da rotina,

descansar, divertir-se, praticar exercícios e inúmeras outras atividades, independente da classe social do indivíduo. Caso isso não ocorra o trabalhador restringe-se ao ambiente de trabalho, o qual pode lhe causar um desgaste físico e emocional. Dumazedier aponta que: "[...] nenhuma reforma do trabalho profissional ou escolar, nenhuma reforma da vida familiar, sócio-espiritual e sócio-política, pode ignorar a extensão, as estruturas, os valores do lazer em todas as classes sociais, todas as categorias de idade, de sexo da população. (DUMAZEDIER, 1974, p.241)

Dessa forma, podemos perceber que o lazer não pode ser deixado de lado, pois traz benefícios para o ser humano. Mas infelizmente o lazer na atualidade não está sendo praticado com a frequência esperada, isso ocorre principalmente pela falta de interesse do poder público em investir nessa área. Segundo Zingoni (2006), as políticas referentes ao lazer são isoladas e estão geralmente ligadas a outros interesses dentro das prefeituras. Esse autor critica a atuação do poder público, pois ele trata o lazer com:

> [...] fortes traços autoritários: é, de um lado, marcadamente elitista, priorizando preferencialmente os segmentos já privilegiados da população. Muitos setores do lazer e seus dirigentes ainda possuem fortes componentes corporativistas e de endogenia e não percebem o lazer como direito a cidadania, algo que não diz respeito só à mídia, aos atletas ou artistas consagrados, mas a toda a população. De outro lado, é assistencialista e tutelar quando direcionada aos segmentos empobrecidos da população. (ZINGONI, 2006, p.125)

A autora coloca, portanto, que o lazer pode ser visto na atualidade de duas formas. Uma delas é a elitista por selecionar as pessoas que serão privilegiadas com seus benefícios. A outra forma é a assistencialista, quando tratamos da população carente. O grande problema, é que a população em geral não tem conhecimento sobre essa segregação e nem sabe que possui o direito a um lazer de qualidade em seus municípios.

Contudo, mesmo havendo leis federais e municipais que asseguram o lazer de qualidade, a maior parte da população fica desprovida da sua prática, pois em muitos casos não há oferta de condições por parte do poder público, para que essa atividade possa ser efetiva e acessível a todos.

Para observar na realidade como o lazer é tratado pelo poder público, selecionamos a cidade de Pato Branco, localizada no Sudoeste do Paraná, a qual conta com aproximadamente 80 mil habitantes. No Plano Diretor desta cidade está expresso que os cidadãos têm direito ao

lazer de qualidade. Porém, o poder público acaba proporcionando esse lazer apenas para uma parcela da população, investindo em algumas áreas localizadas na área central e ao redor dela. Houve por parte da população pequenas mobilizações, as quais visavam, o melhoramento das áreas públicas afastadas do centro. Por meio da realização de reuniões entre os moradores dos bairros prejudicados, os mesmos apresentaram demandas ao poder público, o qual procurou no decorrer do ano de 2012, implantar projetos, visando à formação cultural e profissional atreladas as práticas de lazer (POLETTO, 2012). Porém, esses projetos foram superficiais, não abrangendo a totalidade dos munícipes.

Essa despreocupação do poder público referente ao lazer, não ocorre apenas na cidade de Pato Branco. Esse fato pode ser observado nacionalmente, e por esse motivo foi elaborada uma Lei Nacional de nº 10.257 chamada Estatuto da Cidade, a qual cita a garantia do direito ao lazer, que deve ser considerada nas políticas urbanas, como observamos abaixo:

> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao **lazer,** para as presentes e futuras gerações (Lei nº10.257, ESTATUTO DA CIDADE, 2002, p.13 –grifo nosso)

Diante da existência de Leis que obrigam os municípios a proporcionarem o lazer, falta à interferência da população na cobrança para que elas sejam cumpridas e para que seus direitos sejam de fato assegurados. O grande problema é que a população não possui conhecimento e nem acesso a essas leis, o que a impede de reivindicar, e de integrar uma gestão participativa, a qual deve visar igualdade entre as pessoas, minimizando as diferenças sociais.

Quando analisamos as áreas públicas, na cidade de Pato Branco, as quais podem ser utilizadas para a prática de lazer, nos deparamos com uma realidade assustadora. Algumas delas, localizadas em áreas mais centrais ou nas proximidades de onde reside a classe média, estão em boas condições de uso. Já as áreas públicas afastadas do centro, localizadas em bairros onde residem os segmentos de menor renda encontram-se em péssimas condições. Percebe-se dessa forma, a segregação socioespacial dirigida pelo Estado contra os mais necessitados.

E para um melhor entendimento dessa segregação, detalharemos as características de três áreas públicas da cidade de Pato Branco. A primeira delas é a Praça Getúlio Vargas, localizada no centro da cidade, que serve de passagem e permanência para inúmeras pessoas. Nota-se uma grande preocupação por parte do Poder Público quanto a essa praça, sendo que em vários períodos do ano ela é revitalizada. A estrutura da praça é bastante diversificada, possuindo vários bancos, um chafariz, calçadas em ótimas condições, parquinho infantil, palco para apresentações, quadra de vôlei de areia, bem arborizada e com muita iluminação. Nos finais e inícios de ano, entre novembro e março, a população é atraída para este espaço, por conta da decoração natalina, com muitas luzes e enfeites que remetem a passagens religiosas e símbolos de natal. Nessa época é elaborado pela prefeitura uma agenda dos eventos culturais que serão apresentados no palco da Praça, dentre eles são ofertados apresentações de: teatros, músicas regionais, danças típicas, apresentações com alunos de escolas etc. Tudo isso beneficiando os moradores das áreas centrais, que em todos os períodos do ano, usufruem de uma infraestrutura de lazer de qualidade e diversificada. A grande contradição, é que os moradores do centro possuem melhores condições financeiras. Já os moradores dos bairros distantes, além de não possuírem lazer nas imediações de suas residências, não conseguem se deslocar até o centro para usufruir dessa infraestrutura de qualidade.

A realidade é bastante diferente para os moradores dos bairros localizados ao lado do centro. Os segmentos de médio poder aquisitivo, diante da falta de investimentos do poder público nas áreas de lazer, cobram do mesmo a construção e melhoria dos espaços públicos que localizam-se nas imediações de onde residem. Isso é visível na Praça Santa Teresinha, onde há um parquinho infantil, academia para os idosos e campo de areia, tudo bem arborizado e em boas condições de uso. Quando a população do bairro percebe alguma necessidade, é convocada uma reunião para que os moradores interessados no debate, apresentem proposições, as quais serão encaminhadas ao poder público. Essa situação não é verificada nos bairros em que residem os segmentos de menor renda. Eles ficam à mercê dos projetos elaborados pelo poder público. Assim, diante do fato deles nem sempre se organizarem para reivindicarem seus direitos, acabam não tendo muitas opções para realizar

atividades esportivas e de lazer, ficando restritos aos espaços públicos existentes, os quais encontram-se em péssimas condições de uso ou ao espaço particular de suas residências.

Um exemplo sobre o descaso em relação ao investimento para o lazer, para a população de baixa renda, é o Parque Ambiental localizado no Bairro Planalto. Atualmente ele se encontra em situação precária. Porém, quando foi construído, contava com campo de futebol, pista de caminhada, riacho, churrasqueiras com mesas e bancos coletivos, num local bem arborizado e iluminado. Diante da falta de investimentos e manutenção, o parque se encontra abandonado, sem condições para a permanência da população. Não há sentido planejar e construir uma área pública, sem considerar a necessidade de manutenção da mesma. Deve haver um planejamento a médio e longo prazo, para que assim os locais sejam conservados e aproveitados, em prol do bem coletivo.

Buscando entender a falta de manutenção no Parque Ambiental, realizamos um questionário com o secretário Alcides Benato, responsável pela Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. Ele justifica essa situação, dizendo que não é de responsabilidade da secretaria que ele administra essas questões relativas ao Parque, assim: "Os parques são mantidos e cuidados pela Secretaria do Meio ambiente e as praças e centros poli esportivos são de responsabilidade da Secretaria da Educação" (POLETTO, 2012). Não dá para compreender, pois o campo de futebol deveria ficar sob tutela da Secretaria do Esporte, da qual ele faz parte. O secretário destaca o vandalismo como o grande problema na destruição do parque, pois segundo ele "[...] não tem jeito, a piazada destrói tudo, quebram tudo, transformando o local em boca de fumo, onde eles se escondem"(POLETTO, 2012). Fica claro a despreocupação do poder público em relação a essas áreas, procurando encontrar um culpado para a situação, ao invés de resolver o problema.

Podemos perceber através das três realidades encontradas na cidade de Pato Branco, que há uma segregação, devido à priorização de investimentos por parte do poder público nas áreas mais centrais e nas localizadas em bairros com população de médio poder aquisitivo, enquanto as existentes em bairros carentes, não existem ou estão em péssimas condições de uso.

Essa diferenciação não deveria ocorrer, pois todos os cidadãos possuem os mesmos direitos. Dessa forma, acredita-se que deveria haver políticas públicas que possibilitasse

condições para a população em geral aproveitar o lazer disponível na cidade. Poderia ser elaborada alguma forma de planejamento baseado em agendas culturais e de lazer, para os distintos bairros, além de propiciar algumas vezes por mês - *de preferência nos finais de semana* - transporte público de qualidade e de graça, para os moradores das áreas mais distanciadas se deslocarem para a área central e outros bairros, quando houvesse a oferta de atividades. Mas para que isso ocorra deve haver um interesse por parte do poder público, para elaborar atividades diversificadas, investindo nas áreas já existentes e criando novas. É preciso que haja divulgação dessas atividades de lazer, além de estimular a população para participar. Marcelino (1995) reforça essa importância:

> As oportunidades para o lazer mantêm um caráter de divisão de classes marcante. [...] devido a essa situação verificada tanto no plano cultural quanto no plano social é que julgo importante e urgente a definição de uma política de democratização cultural. Uma política que não ignore a influência da infra-estrutura econômica, mas que procure desenvolver sua ação no campo cultural e que não subestime a divisão de classes mas também considere as possíveis influências da ação cultural sobre a estratificação social. Acredito que as atividades de lazer constituem um dos canais possíveis de transformação cultural e moral da sociedade. (MARCELINO, 1995, p.36)

Infelizmente a sociedade em que vivemos é desigual e o que Marcelino (1995) propõe é simples e de fácil adesão. Ou seja, uma democratização cultural, porém a idealização está longe da realidade. Como sabemos, quando se trata de lazer, quem possui um lugar privilegiado na sociedade, com uma quantia significativa de riqueza, consegue pagar por ele e quem não tem condições financeiras, fica a mercê dos investimentos públicos, que muitas vezes são insuficientes e de má qualidade.

Porém, sabemos que todos têm o direito de ter uma boa qualidade de vida, segundo Souza (2006, p. 62) isso corresponde "à crescente satisfação das necessidades - tanto básicas quanto não-básicas, tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez maior da população." Assim, para que uma pessoa possa ter uma boa qualidade de vida, deve existir uma satisfação de suas carências, que vão das básicas como saúde, educação, alimentação e moradia e das consideradas não tão básicas, como lazer. Nesse sentido, o lazer deveria ser considerado por todos, uma necessidade básica para se ter a qualidade de vida desejada e para que isso ocorra ele deveria ser proporcionado nos espaços públicos, os quais, segundo Gomes (2007):

> [...] nos oferece a possibilidade de conviver com outras pessoas sem que se estabeleçam identificações redutoras que pressuporiam que a vida em comum deveria estar baseada em uma comunhão total de interesses, atividades, anseios, opiniões, sentimentos etc. Em outras palavras, para vivermos juntos e dividirmos um espaço não é necessário que sejamos iguais, quase iguais, nem mesmo precisamos ser parecidos. A segunda característica essencial do espaço público é a de que ele estabelece, como base dessa convivência uma equivalência entre indivíduos. Essa equivalência advém do fato de que a diferenciação é relativa a cada pessoa, independente de outros valores que venham a se adicionar. Em outros termos, a singularidade individual pressuposta pelo espaço público é anterior e prima sobre qualquer outra pré-determinação de hierarquia ou de posição social pré-estabelecida. Esse espaço é, pois nas sociedades modernas, a base e a condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma coletividade plural. Compreende-se assim a importância e necessidade da existência e do funcionamento desse espaço público para a democracia. (GOMES, 2007, p.251)

O contato entre as pessoas nos espaços públicos é extremamente necessário para que haja um entrosamento entre os diferentes segmentos, os quais podem expor ideias diversificadas, questionar a realidade e quem sabe criar mecanismos para que a sociedade seja mais democrática. Essas relações deveriam ocorrer preferencialmente em espaços públicos. Saldanha (1993, p. 68) ressalta que "sem o espaço público não teria sido possível a estruturação das repúblicas contemporâneas, nem das democracias, nem do parlamentarismo". É nesse espaço que os segmentos sociais podem interagir, e estabelecer sociabilidades.

O que preocupa os planejadores é que os espaços públicos estão sendo substituídos pelos espaços privados de consumo. Isso ocorre através de propagandas e pelo poder das mídias, que impõe a ideia de que os espaços públicos devem ser deixados de lado, pois não proporcionam o status tão desejado na sociedade capitalista. Rolnik (2000) explana sobre essa transformação:

> O espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive das mercadorias humanas; esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de lazer, de festa, de circo, do espetáculo, de venda. Assim as funções que recheavam o espaço público e lhe davam vida migraram para dentro de áreas privadas, tornando-se, em grande parte, um espaço de circulação. (ROLNIK, 2000, p.182)

Essas mudanças na preferência da população são péssimas para a sociedade em geral, pois é no espaço público que há uma diferenciação dos usuários, onde se pode debater diversos assuntos, sem a interferência do capital. Já nos espaços privados, não há democracia

plena, já que nem todos os segmentos sociais são bem vindos nesses locais, apenas quem pode consumir possui um acesso facilitado. Segundo Lefebvre (2001) é na direção:

> [...] do novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de uma nova práxis, e de um novo homem, o homem da sociedade urbana. E isto, escapando aos mitos que ameaçam essa vontade, destruindo as ideologias que desviam esse projeto e as estratégias que afastam este trajeto. A vida urbana ainda não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e "valores", tabus e prescrições eram em grande parte a origem agrária, de predomínio rural e "natural". [...] a crise da cidade tradicional acompanha a crise mundial da civilização agrária, igualmente tradicional. Caminham juntas e mesmo coincidem. Cabe a "nós" resolver esta dupla crise, notadamente ao criar com a nova cidade a nova vida na cidade. (LEFEBVRE, 2001, p.107)

Portanto, é papel dos cidadãos buscar modificar a cidade em que vivem. É a partir da indignação e da cobrança por direitos assegurados que se pode obter mudanças. Rodrigues (2004) defende a mobilização popular para que seja garantido os interesses populares. Segundo ela hoje em dia: "[...] os movimentos populares urbanos dirigem-se ao Estado responsável por garantir a reprodução da vida" (RODRIGUES, 2004, p.81). Na cidade de Pato Branco esses planejamentos deveriam possibilitar a implementação de ações a curto, médio e longo prazo, sempre contando com a participação popular.

Para ações a curto prazo, em média um ou dois anos, deveriam ser propiciadas a melhoria dos espaços públicos, assim como a criação de novas áreas, como lagos, pistas de caminhada, espaços verdes para o descanso e para possibilitar a sociabilidade entre os diferentes segmentos sociais. Num médio prazo, cerca de uma gestão (quatro anos), deveriam ser pensados projetos que evidenciassem o esporte, a cultura e o lazer, através de escolinhas, eventos, palestras, seminários, gincanas, cinema, teatro etc. E a longo prazo, cerca de dez anos ou mais, os projetos em vigor, deveriam ser repensados e remodelados, conforme a necessidade da sociedade, porém sempre idealizando a sua continuidade, pois sabemos que é através desta continuidade que os resultados são efetivados.

Diante do exposto, consideramos que o lazer é de extrema importância para o homem, pois ele proporciona uma melhor qualidade de vida, independente da classe social, amenizando as tensões diárias. Como destaca Rolnik (2000, p.185): "A falta de qualidade de vida, é apontada como a responsável pelo estresse dos cidadãos. [...] Todos defendem e almejam a qualidade de vida, independente da maior ou menor inserção na cidade e da

condição social". Portanto, como aponta a autora, todos buscam melhorar suas condições sociais, independente de onde vivem e de quanto ganham. As pessoas buscam cada vez mais as práticas de lazer, que segundo Andrade (2001) são amenizadores dos problemas enfrentados pelas pessoas, pois o lazer "revigora psicológica e fisicamente, as relaxa e as ajuda a viver com alegria, tornando-as produtivas, realistas e talvez, otimistas com respeito as perspectiva que alimentam" (p.109). A prática do lazer resulta positivamente na qualidade de vida de quem o pratica Além disso, nas cidades onde os espaços públicos estão em boas condições para a prática do lazer, há a possibilidade do convívio entre os diferentes, o que proporciona uma maior democratização da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desse trabalho, foi possível compreender a importância que o lazer possui para proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas, por acarretar um relaxamento, o alívio das tensões, prazer etc. O grande problema é a falta de conceituação da palavra *Lazer,* o que gera um desinteresse da população pelo assunto, além da grande ideologia que o considera como algo apenas para as camadas mais privilegiadas da sociedade, pois os pobres devem superar a pobreza para depois pensar em praticá-lo.

Essa visão é contraditória, pois há leis garantem o lazer como direito de toda a população, assim como a saúde a educação, o transporte e a moradia. O que precisa estar claro, é que todos têm esse direito assegurado e que é dever do poder público proporcionar o lazer de qualidade para todos os segmentos sociais.

Porém, quando observamos a cidade de Pato Branco, identificamos os poucos investimentos do poder público nas áreas públicas da cidade, além da diferenciação de investimentos em infraestrutura em alguns lugares, em detrimento de outros. Quando analisamos os espaços públicos com maior visibilidade, como é o caso da Praça Getúlio Vargas, localizada no centro da cidade, percebemos que ela recebe investimentos constantes, possuindo uma ótima infraestrutura, a qual proporciona a realização de vários tipos de lazer, bem como incentivos em algumas épocas do ano, para apresentações culturais e decorações festivas, o que acaba atraindo a população para essa área. Portanto, quem mora perto dessa

Praça, ou quem possui condições de deslocar-se até ela consegue desfrutar de um lazer diversificado e de qualidade, em todos os períodos do ano.

Outras áreas públicas localizadas perto do centro comercial, nas quais reside uma população de médio poder aquisitivo, possuem uma boa infraestrutura de lazer, porém para que ela seja garantida a população procura cobrar do poder público as melhorias necessárias, assim como a manutenção das mesmas. Realidade diferente encontra-se nos bairros mais periféricos, onde reside a população de baixo poder aquisitivo. Um exemplo é o Parque Ambiental, que está em péssimas condições de uso. O poder público não tem assegurado investimentos para que haja melhorias nesse espaço. A população das áreas mais carentes, muitas vezes, não possui informação suficiente e acaba não cobrando do poder público as melhorias necessárias para os espaços públicos, nos quais podem ser desenvolvidas as atividades de lazer. Dessa forma, ficam segregados em suas residências, não tendo acesso a um lazer diversificado e de qualidade.

Assim, analisando as três diferentes áreas selecionadas para a pesquisa, podemos observar a disparidade entre elas, intensificada pelos investimentos - *ou falta deles* - do poder público. Quem realmente necessita de áreas para prática do lazer, cidadãos esses que não conseguem pagar por um lazer de qualidade, são deixados de lado pelo poder público, diante da falta de investimentos nas áreas públicas, nas proximidades de suas residências. Já os segmentos de maior renda, possuem à sua disposição áreas públicas, nas quais é possível praticar um lazer diversificado e de qualidade. Assim, reforça-se essa sociedade desigual, impossibilitando que todos os cidadãos tenham o direito ao lazer de qualidade e com segurança.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer- princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BRASIL. Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001. Dispões sobre o Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. Lex: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, 2. ed., 2002, 80p.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, Rui Machado. O lazer e as práticas culturais: da ética do trabalho à estética do consumo. In: GOMES, Rui Machado (Ed.). **Olhares sobre o lazer**. Autores e centro de Estudos Biovinéticos, 2007. [P?]

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. 2. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Estudo do lazer:** uma introdução. Campinas: Autores associados, 1950.

_____. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

POLETTO, Pollyana. **As condições para a prática do lazer, para os distintos segmentos socias nas áreas públicas da cidade Pato Branco – Paraná.** 2012. 87f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em geografia bacharel) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades sócioespaciais – A luta pelo direito a cidade. In: **CIDADES**, revista, v. 4, n. 6. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos, 2004.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. GARCIA, Erivelto Busto; LOBO, Francis (Org). **Lazer numa sociedade globalizada:** Laisure in a globalizad society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. [p?]

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça:** O privado e o público na vida social e histórica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZINGONI, Patrícia. Os princípios da gestão participativa na política transversal de lazer nos municípios. In: CARVALHO, João Eloir (Org). **Lazer no espaço urbano:** transversalidade e novas tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006.